



Agosto/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Concurso Público para provimento de cargo de **Auditor**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS I

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue, excerto de capítulo que trata da "importação de mão de obra escrava da África" pelo Brasil, desde o século XVI até a extinção do tráfico, em 1850.

1 *Só se pode entender a montagem de uma instituição do porte do escravismo moderno atentando-se para a articulação entre a criação de colônias no ultramar e seu funcionamento sob a forma de grandes unidades*

5 *produtoras voltadas para o mercado externo. A monocultura em larga escala exigia um grande contingente de trabalhadores que deveriam se submeter a uma rotina espinhosa, sem ter nem lucro nem motivação pessoal. Recriou-se, desse modo, a escravidão em novas*

10 *bases, com a utilização de mão de obra compulsória e que exigia – ao menos teoricamente – trabalhadores de todo alienados de sua origem, liberdade e produção. Tudo deveria escapar à consciência e ao arbítrio desse produtor direto.*

15 *Da parte dos contratantes, a ideologia que se conformava procurava desenhar o trabalho nos trópicos como um fardo, um sofrimento, uma punição e uma pena para ambos os lados: senhores e escravos. O discurso proferido pela Igreja e pelos proprietários entendia tal trabalho árduo como uma atividade disciplinadora e*

20 *civilizadora. Havia inclusive manuais – verdadeiros modelos de aplicação de sevícias pedagógicas, punitivas e exemplares – que instruíam, didaticamente, os fazendeiros sobre como submeter os escravizados e*

25 *transformá-los em trabalhadores obedientes. Um exemplo regular era o famoso quebra-negro, castigo muito utilizado no Brasil para educar escravos novos ou recém-adquiridos e que, por meio da chibatada pública e outras sevícias, ensinava os cativos a sempre olhar para o chão*

30 *na presença de qualquer autoridade.*

Segundo o padre Jorge Benci, que esteve no país no final dos 1600, a razão de submeter os escravos era "para que não se façam insolentes, e para que não busquem traças e modos com que se livrem da sujeição de seu

35 *senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos". Servindo-se de um discurso paternalista e também religioso – no sentido da promessa de redenção futura –, o sistema era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação.*

(Obs.: traças = artifícios, ardis)

(SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M.. **Brasil: uma biografia**. 1. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 91)

1. Entende-se corretamente do excerto, no contexto indicado:
 - (A) A dimensão excessiva do escravismo moderno exigiu tomada de posições rigorosas por parte não só das metrópoles europeias, mas também das suas colônias no ultramar.
 - (B) A organização do sistema escravista moderno atendia simultaneamente a duas intenções: à de expansão territorial e à de geração de produtos para o mercado externo.
 - (C) A condição de despreparo dos trabalhadores braçais que estavam disponíveis para o mercado contratante de mão de obra fez que fazendeiros se valessem de escravos.
 - (D) Atribui-se a donos de terra que optaram pela exploração do solo com especialização em um só produto a necessidade de convencer e disciplinar trabalhadores negros para cada específica monocultura.
 - (E) A falta ou o pouco lucro das lavouras incipientes brasileiras desestimulava não só o *produtor direto*, como também aqueles que eram contratados para ampliar a agricultura.
2. No parágrafo 1,
 - (A) (linha 2) a forma *atentando-se* é parte de frase que exprime a circunstância necessária para que seja possível o entendimento da *montagem de uma instituição do porte do escravismo moderno*.
 - (B) (linhas 8 e 9) a substituição das palavras destacadas em *sem ter nem lucro nem motivação pessoal* por "ou ... ou", em seu sentido de exclusão, mantém fidelidade à ideia original.
 - (C) (linhas 6 e 9) as formas verbais *exigia* e *Recriou-se*, criando panorama em que outras ações, de caráter momentâneo, terão relevo, exprimem, ambas, ações passadas que tinham continuidade.
 - (D) (linha 1) não há como justificar o emprego da forma verbal *pode*: o sentido da frase exige o emprego de "poderia".
 - (E) (linha 9) a expressão *desse modo* implica um detalhamento do segmento *sem ter nem lucro nem motivação*.
3. Abaixo, segmentos do texto estão associados a outras formulações. A que não contraria as ideias presentes no trecho original é:
 - (A) (linhas 12 a 14) *Tudo deveria escapar à consciência e ao arbítrio desse produtor direto* / tudo o que se oferecia à percepção e escolha do fazendeiro produtor deveria ser ocultado aos outros.
 - (B) (linhas 25 e 26) *Um exemplo regular era o famoso quebra-negro* / um modelo regulamentado era o famigerado quebra-negro.
 - (C) (linhas 15 a 17) *a ideologia que se conformava procurava desenhar o trabalho nos trópicos como um fardo* / as convicções filosóficas que aceitavam o trabalho nos trópicos o viam como um peso a ser suportado.
 - (D) (linhas 27 e 28) *para educar escravos novos ou recém-adquiridos* / para ensinar os escravos inexperientes, aqueles recém-negociados.
 - (E) (linhas 11 e 12) *trabalhadores de todo alienados de sua origem, liberdade e produção* / trabalhadores que vivessem sem nada compreender dos fatores culturais, políticos e sociais que condicionavam sua origem, liberdade e produção.
4. Considerando o sistema de escravidão que se articulou no século XVI, no Brasil, os citados "discurso paternalista" e "discurso religioso" devem ser entendidos como
 - (A) excludentes entre si.
 - (B) conciliáveis em certos aspectos, mas com perspectivas antagônicas sobre o trabalho escravo.
 - (C) opostos no que se referia ao entendimento da relação escravo/senhor.
 - (D) complementares.
 - (E) contrapostos.



5. Segundo o padre Jorge Benci, que esteve no país no final dos 1600, a razão de submeter os escravos era "para que não se façam insolentes, e para que não busquem traças e modos com que se livrem da sujeição de seu senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos".
- O excerto e a norma-padrão legitimam o seguinte comentário sobre o acima transcrito:
- (A) O que está entre aspas corresponde à fala do padre, mas não por sua própria voz: as autoras é que narram e comentam o que ele disse.
- (B) A retirada da vírgula depois da palavra *Benci* provoca alteração tal que tornaria a frase ilógica, no caso de o padre não ter um homônimo, ou mais.
- (C) Em *Segundo o padre Jorge Benci*, a palavra destacada está empregada com o mesmo valor que se observa em "Entregavam as senhas segundo as pessoas iam se apresentando".
- (D) A substituição do que se destaca em *com que se livrem da sujeição de seu senhor* por "com o qual" mantém a correção e o sentido originais.
- (E) A vírgula depois de *insolentes* é obrigatória, dada a independência de sentido entre os segmentos conectados pela palavra e.
6. Servindo-se de um discurso paternalista e também religioso – no sentido da promessa de redenção futura –, o sistema era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação.
- Considerando o período acima, em seu contexto, afirma-se legitimamente:
- (A) A forma verbal *Servindo-se*, equivalente semanticamente a "Ao se servir", exprime ideia de "causa".
- (B) Transpondo a frase *o sistema era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação* para a voz ativa obtém-se a forma verbal "explicou".
- (C) Em *era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação*, a substituição do segmento destacado por "do emprego tão somente da violência física ou moral" mantém a correção e o sentido originais.
- (D) O segmento apresentado entre travessões corrige a impropriedade do uso da palavra *religioso* no tratamento do tema "escravidão".
- (E) A introdução de uma vírgula depois da palavra *explicado* não altera o encadeamento estabelecido originalmente entre as ideias expressas em *o sistema era explicado a partir da necessidade do uso exclusivo da coação*.
7. Considerando o conteúdo, a linguagem e a estrutura do texto, avalie as seguintes afirmações:
- I. O excerto pertence ao gênero "relato", marcado pela intenção de registrar, em linguagem objetiva e imparcial, um determinado acontecimento, reportado em ordem cronológica.
- II. O texto expõe o tema com racionalidade: analisa o tema apelando a elementos lógicos, como a exemplificação, para convencimento do interlocutor.
- III. A força típica da argumentação fundamentada em fatos aparece, nesse texto, aliada à interpretação e ao julgamento. Tal aliança favorece a persuasão, sem que se bloqueiem traços de subjetividade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.
8. As regras de concordância prescritas pela gramática normativa estão respeitadas em:
- (A) É sabido que o desconhecimento e a quase ausência de conteúdos curriculares sobre a África e as culturas africanas no Brasil contribui para a disseminação da intolerância e dos conflitos raciais.
- (B) Tratam-se de regiões praticamente inexploradas pelas pesquisas acadêmicas recentes, apesar de ali haverem ocorrido alguns dos principais episódios para o desenvolvimento econômico da Angola contemporânea.
- (C) O intuito era podermos, no contexto brasileiro, construirmos novas narrativas para extrapolarmos categorias arcaicas de se pensarem a África, fundando, assim, diferentes modos de ver.
- (D) Embalados por razões ainda não bem explicadas, os colonizadores detiveram o controle sobre as línguas, os indivíduos e os territórios africanos, segundo o têm comprovado inúmeras pesquisas.
- (E) É de conhecimento geral que Angola detêm laços históricos e culturais profundos com o Brasil, que, se levado em conta, trará impactos sobre nossa brasilidade e maturidade para lidarmos com a nossa própria diversidade cultural.
9. Considerando a norma-padrão, está correta a seguinte frase:
- (A) Viram-se lançados em uma situação diferente da costumeira, que tinham de falar a um outro público, de um outro jeito, no chamado "tempo de televisão".
- (B) As agruras por que passou a tornaram mais resistente aos acenos de parceiros entusiasmados e otimistas em excesso.
- (C) A ideia é chamar as autoridades a escreverem e proferirem textos que ela não está habituada a lidar, a respeito de temas que nem sempre são os seus preferidos.
- (D) A proposta é propiciar situações aonde seja possível desenvolver o respeito a diferentes bagagens culturais e formas de expressão.
- (E) Esta é uma época conturbada, à qual a violência física e moral impera entre as mais diversas camadas da sociedade.
10. Respeita a ortografia oficial vigente:
- (A) O culto à ignorância e à xenofobia é o responsável, em nosso dia-a-dia, por esta situação deplorável, que enserra a população local na bolha impenetrável de seus interesses e valores particulares.
- (B) Incrementar a participação política é um desafio perene, aja vista a nova estratégia de controle político que aparelha muitos órgãos públicos, incluindo os do setor educacional.
- (C) A soberania do mercado não é imprescindível para a democracia liberal – é uma alternativa a ela e a todo tipo de política, na medida em que elimina a necessidade de serem tomadas decisões que contemplem consensos coletivos.
- (D) Foram mencionadas as estratégias para disperçar as cepas oligárquicas das altas esferas do poder e, sobretudo, para prover o controle jurídico das suas ações; mais, até o momento, não se obteve sucesso.
- (E) Suas ideias iam de encontro às dos demais; ele sempre optava pelas vias mais polêmicas afim de obter atenção da audiência.

**Direito Constitucional**

11. Suponha que o Secretário de Segurança Pública de determinado Estado da federação figure como réu em processo penal, pela suposta prática de crime de homicídio doloso. Nessa hipótese, a competência para julgamento será do

- (A) júri, ainda que a Constituição estadual respectiva estabeleça foro por prerrogativa de função.
- (B) Tribunal de Justiça estadual, se assim previsto na respectiva Constituição estadual.
- (C) Tribunal Regional Federal da região respectiva.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal, se conexo o crime com um do Governador do Estado.

12. Em face de decisão de juiz federal que determine a prisão de depositário infiel, com fundamento em previsão expressa do Código Civil, segundo a qual, "seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano, e ressarcir os prejuízos" (art. 652), cabe diretamente, em tese, ao interessado:

- I. impetrar *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal a cuja jurisdição o juiz prolator da decisão esteja sujeito.
- II. interpor recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça, por negativa de vigência a tratado internacional.
- III. ajuizar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
- IV. ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

13. Medida provisória, editada pelo Presidente da República, que institua o imposto sobre grandes fortunas será

- (A) compatível com a Constituição da República, que prevê expressamente esse tributo dentre os de competência da União, mas só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- (B) compatível com a Constituição da República, que prevê expressamente esse tributo dentre os de competência da União, devendo produzir efeitos desde a data de sua edição, se for convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que foi editada.
- (C) incompatível com a Constituição da República, que veda expressamente a edição de medida provisória em matéria tributária.
- (D) incompatível com a Constituição da República, pois, embora previsto expressamente esse tributo dentre os de competência da União, trata-se de matéria sujeita à lei complementar e, por essa razão, vedada à medida provisória.
- (E) incompatível com a Constituição da República, por esta exigir lei complementar para a criação, pela União, de impostos não previstos no próprio texto constitucional.

14. Lei estadual que disponha sobre propaganda comercial será
- (A) constitucional, desde que verse sobre questões específicas da matéria e que haja lei complementar prévia autorizando os Estados a legislarem nesse sentido.
 - (B) constitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa reservada aos Estados.
 - (C) constitucional, desde que vise a atender às peculiaridades do Estado e que inexistam leis federais sobre normas gerais na matéria.
 - (D) inconstitucional, por se tratar de matéria sujeita à competência material exclusiva da União.
 - (E) inconstitucional, por se tratar de matéria de interesse local, de competência privativa dos Municípios.

15. Projeto de lei ordinária, de iniciativa de Deputado Federal, versando sobre a qualificação de tipos penais como crimes hediondos, obtém voto pela aprovação de 181 membros da Câmara dos Deputados, em turno único de votação ao qual estavam presentes 315 dos 513 Deputados, e, no Senado Federal, de 33 dos 40 presentes, igualmente em sessão única. Nessa hipótese, à luz das regras constitucionais do processo legislativo,

- (A) o projeto de lei padece de vício de inconstitucionalidade, por versar sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (B) o projeto de lei já havia sido rejeitado na Câmara dos Deputados e não poderia sequer ter sido submetido à votação no Senado Federal.
- (C) a matéria constante do projeto de lei, rejeitado no Senado Federal, somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (D) a matéria constante do projeto de lei é reservada à lei complementar, não tendo sido atingido, na Câmara dos Deputados, o quórum necessário à sua aprovação.
- (E) o projeto de lei deverá ser submetido à sanção do Presidente da República, que poderá, no prazo de 15 dias úteis contados de seu recebimento, vetá-lo no todo ou em parte, por motivo de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.

16. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pretende ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, em face da norma da Constituição da República segundo a qual nenhuma das unidades da Federação terá menos de oito ou mais de setenta Deputados Federais, sob alegação de ofensa à cláusula constitucional que assegura proporcionalidade à representação da população dos entes federados na Câmara dos Deputados e, por consequência, ofensa à própria forma federativa de Estado. Nessa hipótese,

- I. o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não estaria legitimado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, por inexistência de pertinência temática com o objeto da demanda.
- II. a propositura da ação sequer teria amparo jurídico, por pressupor a possibilidade de controle da constitucionalidade de normas constitucionais originárias, o que não é admitido pelo sistema brasileiro.
- III. ainda que a norma objeto da ação fosse fruto de emenda constitucional, cujo controle de constitucionalidade é em tese admitido no sistema brasileiro, a ação não seria cabível, uma vez que o parâmetro para controle deveria ser um dos limites materiais, apenas, ao poder constituinte derivado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) I.



17. Constitui exercício regular da competência para legislar sobre assunto de interesse local, a edição de lei
- (A) municipal que fixe o horário de funcionamento para estabelecimentos comerciais dentro da área do Município.
- (B) estadual que fixe o horário de funcionamento para estabelecimentos comerciais dentro da área do Estado.
- (C) municipal que fixe distância mínima para a instalação de estabelecimentos comerciais dentro da área do Município, o que não ofende a livre iniciativa e a liberdade de concorrência.
- (D) estadual que fixe distância mínima para a instalação de estabelecimentos comerciais dentro da área do Estado, o que não ofende a livre iniciativa e liberdade de concorrência.
- (E) municipal que regule a exploração, mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado no Município.
-
18. Considere as seguintes afirmações acerca da disciplina constitucional das funções essenciais à Justiça:
- I. São funções essenciais à Justiça aquelas exercidas por Ministério Público, advocacia, órgãos de Advocacia Pública e Defensoria Pública.
- II. São princípios institucionais tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, cabendo a ambos elaborar a respectiva proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. Aos membros do Ministério Público, tanto da União quanto dos Estados, é assegurada a vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, ao passo que aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da corregedoria respectiva.
- IV. Aos membros do Ministério Público e das Defensorias Públicas é vedado o exercício da advocacia em qualquer hipótese.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.
-
19. Para a obtenção, pela via judicial, pelo próprio contribuinte, de dados relativos ao pagamento de tributos, constantes de sistemas informatizados dos órgãos de administração fazendária,
- (A) não cabe ajuizar ação de caráter mandamental.
- (B) cabe impetrar mandado de segurança.
- (C) cabe impetrar *habeas corpus*.
- (D) cabe impetrar mandado de injunção.
- (E) cabe impetrar *habeas data*.
-
20. Conselheiro de Tribunal de Contas de determinado Estado figura como réu em ação penal pelo suposto cometimento de conduta tipificada como crime comum na legislação penal. Nessa hipótese, a competência para processar e julgar referida ação é do
- (A) Supremo Tribunal Federal, ao qual compete igualmente processar e julgar eventual *habeas corpus* em que o Conselheiro figure como paciente, em face de decisões proferidas na ação.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, ao qual compete igualmente processar e julgar eventual *habeas corpus* em que o Conselheiro figure como paciente, em face de decisões proferidas na ação.
- (C) Superior Tribunal de Justiça, competindo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar eventual *habeas corpus* em que o Conselheiro figure como paciente, em face de decisões proferidas na ação.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado respectivo, ao qual compete igualmente processar e julgar eventual *habeas corpus* em que o Conselheiro figure como paciente, em face de decisões proferidas na ação.
- (E) Tribunal de Justiça do Estado respectivo, competindo ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar eventual *habeas corpus* em que o Conselheiro figure como paciente, em face de decisões proferidas na ação.
-
21. Em junho do ano corrente, Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, em decisão monocrática, negou provimento a recurso extraordinário interposto em face de acórdão de Tribunal de Justiça estadual que reconheceu a uma das partes na ação o direito de resposta a matéria divulgada em veículo de imprensa publicado pela parte contrária. Manteve, assim, o reconhecimento do direito de resposta no caso em questão. Em abril de 2009, sob o fundamento da garantia constitucional da liberdade de expressão do pensamento e seus consectários, o STF havia julgado procedente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF que tinha por objeto a Lei federal nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, denominada Lei de Imprensa, “para o efeito de declarar como não recepcionado pela Constituição de 1988 todo o conjunto de dispositivos” da referida lei; dentre esses dispositivos, havia os que regulamentavam os termos em que se daria o exercício de direito de resposta, não tendo sido promulgada, desde então, nova lei a esse respeito.
- A decisão que negou provimento ao recurso extraordinário é
- (A) incompatível com a decisão prolatada na ADPF, que possui eficácia *erga omnes* e efeito vinculante em relação a todos os órgãos do Poder Judiciário, inclusive o próprio STF, sendo passível de reforma pelo Plenário do Tribunal.
- (B) incompatível com a decisão prolatada na ADPF, mas passível de ser tomada, uma vez que o STF não é atingido por seu efeito vinculante.
- (C) incompatível com a decisão prolatada na ADPF e com a Constituição da República, que assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, em norma de eficácia limitada, dependendo o seu exercício, portanto, de regulamentação legal.
- (D) incompatível com a Constituição da República, que assegura a plena liberdade de expressão do pensamento, vedando qualquer espécie de censura, prévia ou posterior, assegurado apenas o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem do ofendido pelo seu exercício.
- (E) compatível com a decisão prolatada na ADPF e com a Constituição da República, que assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, em norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, independentemente o seu exercício, portanto, de regulamentação legal.



22. Determinado Estado pretende vincular quatro décimos por cento de sua receita tributária líquida a fundo estadual de fomento à cultura, para financiamento de programas e projetos culturais. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a vinculação pretendida é
- (A) vedada, por não se enquadrar dentre as hipóteses em que, excepcional e expressamente, a Constituição autoriza os entes da federação a vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
 - (B) autorizada, cabendo à lei estadual definir as hipóteses em que os recursos serão aplicados, respeitadas normas gerais estabelecidas em lei complementar federal relativa à matéria.
 - (C) ilícita, uma vez que estabelecida em percentual superior ao autorizado pela Constituição para fundo dessa natureza.
 - (D) autorizada, sendo vedada, contudo, a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço de dívida ou outra despesa corrente não vinculada diretamente a investimentos e ações apoiados.
 - (E) ilícita, por não estarem definidos os impostos cuja receita será destinada ao fundo em questão.

23. No que se refere à contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, a competência para instituí-la é
- (A) da União, que deverá entregar 29% do produto de sua arrecadação aos Estados e Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes, sendo que, do montante que cabe a cada Estado, 25% serão destinados a seus Municípios, na forma da referida lei.
 - (B) da União, podendo a alíquota ser diferenciada por produto ou uso, bem como reduzida e estabelecida por ato do Poder Executivo, sendo no entanto vedada sua cobrança no mesmo exercício financeiro de sua instituição ou majoração.
 - (C) dos Estados, desde que autorizados por lei complementar federal, que estabelecerá a destinação e o percentual da arrecadação a ser destinado aos Municípios.
 - (D) dos Estados, devendo os recursos arrecadados ser destinados ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; ou ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
 - (E) da União, que estabelecerá as normas gerais na matéria, em lei complementar, cabendo aos Estados exercer a competência suplementar, para atender a suas peculiaridades.

24. Considere as seguintes situações:

- I. cargo de professor do ensino fundamental da rede pública de ensino de determinado Município;
- II. cargo de professor em Universidade pública estadual;
- III. emprego de auxiliar administrativo em empresa pública federal;
- IV. mandato de Vereador;
- V. mandato de Prefeito.

Havendo compatibilidade de horários, seria autorizada, à luz da Constituição da República, a acumulação remunerada do

- (A) cargo de professor universitário com o exercício do mandato de Prefeito, sendo facultado ao servidor optar pela remuneração do cargo.
- (B) emprego de auxiliar administrativo com o cargo de professor do ensino fundamental, observado o teto remuneratório da Administração municipal.
- (C) emprego de auxiliar administrativo com o cargo de professor do ensino fundamental, observado o teto remuneratório da Administração federal.
- (D) cargo de professor do ensino fundamental com o exercício do mandato de Vereador, percebendo o servidor as vantagens do cargo, sem prejuízo da remuneração pelo exercício do mandato eletivo.
- (E) cargo de professor universitário com o exercício do mandato de Vereador, contando-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

25. De acordo com o estabelecido na Constituição da República, a partir da publicação, na imprensa oficial, de súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, sobre determinada matéria constitucional,

- (A) todos os órgãos do Poder Judiciário estarão obrigados a observá-la, sob pena de cabimento de reclamação ao STF, que, julgando-a procedente, cassará a decisão judicial reclamada, proferindo outra em substituição à decisão cassada, com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- (B) apenas as situações constituídas posteriormente deverão ser decididas, na esfera administrativa ou judicial, em conformidade com o teor da súmula, por força do princípio da irretroatividade.
- (C) apenas os legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade poderão provocar sua revisão ou cancelamento.
- (D) a administração pública direta e indireta, em todas as esferas da federação, estará obrigada a observá-la, obrigação que não se estende, contudo, aos Tribunais de Contas, que, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público.
- (E) todos os demais órgãos do Poder Judiciário deverão decidir os casos pendentes de julgamento, bem como os ajuizados posteriormente, em conformidade com o teor da súmula, ainda que se trate de casos referentes a situações ocorridas antes de sua edição.

**Direito Administrativo**

26. O Estado pode prestar serviços, utilidades e disponibilidades aos administrados direta ou indiretamente. Nenhuma dessas atuações está isenta de controle, interno e externo, que se projeta com variados graus de intensidade a depender dos interesses protegidos e da essencialidade do objeto da atividade, na medida em que
- (A) somente os serviços públicos não essenciais podem ser delegados à iniciativa privada, tendo em vista que é dever constitucional privativo do Poder Público garantir a contínua e adequada disponibilização daquela utilidade aos administrados.
 - (B) as utilidades disponibilizadas pelo Estado podem se exteriorizar sob as mais variadas formas, mas a configuração como serviço público depende do aporte de recursos públicos durante a fase de investimentos, ainda que a execução se dê por meio de delegação.
 - (C) o condicionamento pelo Poder Público das atividades exercidas pela iniciativa privada, para conformação e incentivo do correto desenvolvimento econômico de determinado setor do mercado pode ser enquadrado como poder de polícia em seu conceito contemporâneo, desde que atue respeitando parâmetros de observância aos princípios garantidores do livre mercado.
 - (D) quanto maior a essencialidade do serviço, maiores as restrições incidentes sobre o particular quando atua na condição de delegatário, devendo garantir a adequação da prestação tal como se o Poder Público fora, sendo-lhe vedado, exemplificativamente, a rescisão unilateral do contrato.
 - (E) a prestação indireta dos serviços públicos permite que se transfira ao privado os riscos operacionais do negócio, mas, tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público, é vedada a interrupção dos pagamentos devidos pelo Poder Público, única hipótese que autoriza, em caso de inobservância, a rescisão unilateral pelo contratado.

27. O Estado é proprietário de quase duas dezenas de terrenos localizados em determinado bairro onde a empresa pública responsável pelo saneamento está promovendo inúmeras obras. Em razão disso, seu representante entrou em contato com o Estado para solicitar a utilização de um dos imóveis, que é dos poucos de grandes dimensões, como canteiro de obras. Considerando que não se trata de um bairro muito valorizado, a avaliação do uso do referido imóvel não resultou significativa. Como alternativa de otimização de gestão imobiliária,
- (A) o Estado pode locar o terreno pelo valor que entender pertinente, independentemente do valor de mercado, tendo em vista que a empresa pública tem necessidade e urgência no uso e, em razão de sua natureza jurídica de direito privado, não se submete ao regime da Lei nº 8.666/1993.
 - (B) o Estado pode outorgar permissão de uso onerosa em favor da empresa pública e, como contrapartida, estabelecer obrigação de fazer de modo que, ao invés de remuneração em espécie, a permissionária fique responsável pela guarda e vigilância dos demais terrenos de titularidade do Estado, o que representaria melhor custo-benefício do que a mera precificação do uso.
 - (C) a empresa pública pode ocupar temporariamente o terreno, tendo em vista que é concessionária de serviço público e, como tal, lhe foram delegados poderes inclusive para desapropriação, por meio da lei que rege as concessões públicas e do respectivo contrato firmado com o titular do serviço.
 - (D) a empresa pública deve desapropriar o imóvel, tendo em vista que é concessionária de serviço público e, como tal, lhe foram delegados os poderes para tanto.
 - (E) o Estado pode alienar onerosamente o imóvel para a empresa pública, independentemente de autorização legal e dispensada a licitação, tendo em vista que se trata de negócio jurídico firmado entre entes integrantes da Administração pública de qualquer esfera da Federação.

28. Maria Sylvia Zanella di Pietro, na obra *Uso Privativo de Bem Público por Particular*, assevera que “os bens públicos devem ser disponibilizados de tal forma que permitam proporcionar o máximo de benefícios à coletividade, podendo desdobrar-se em tantas modalidades de uso quantas foram compatíveis com a destinação e conservação do bem”.

Esse entendimento dirige-se

- (A) aos bens públicos da categoria de uso especial e aos dominicais, posto que os bens de uso comum do povo já tem destinação intrínseca à sua natureza, não admitindo diversificações, sob pena de ilegalidade.
- (B) a todos os bens públicos, importando a compatibilidade dos usos possíveis com a vocação e utilização precípua de cada um dos bens, admitindo-se diversas modalidades de instrumentos jurídicos relacionados ao mesmo substrato material.
- (C) aos bens de uso especial, posto que é essa categoria de bens que serve à coletividade, abrigando serviços ou utilidades públicas, diversamente dos bens dominicais, que se prestam ao atendimento de finalidades de interesses privados e dos bens de uso comum do povo, que são de uso difuso e irrestrito a todos.
- (D) aos bens dominicais, que são os bens públicos sem destinação e, portanto, sujeitos ao regime jurídico de direito privado, admitindo usos distintos daqueles precipuamente destinados ao atendimento do interesse público.
- (E) aos bens públicos afetados formal ou informalmente a uma atividade de interesse público, não se admitindo a compatibilização com usos voltados a interesses de natureza privada, em razão da diversidade de regimes jurídicos.



29. Determinado Estado publicou edital para contratação de concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, para duplicação e exploração de rodovia com grande fluxo de veículos e caminhões em região desenvolvida de seu território. Ao concessionário seriam atribuídas as receitas acessórias passíveis de serem auferidas com a exploração de espaços em áreas que margeassem as rodovias, podendo, inclusive, adquiri-las para essa finalidade, por todas as formas que lhe estivessem autorizadas. Esse edital
- (A) possui patente ilegalidade, porque a exploração de receitas acessórias não é finalidade abrangida pelo interesse público que justifique a aquisição de áreas pelo concessionário, em especial se for por meio de desapropriação.
 - (B) deveria prever que a exploração desses espaços deve ser feita, necessariamente, por meio de licitação para seleção da proposta que represente maior remuneração pelo uso.
 - (C) deve, ainda que não seja expresso, ser interpretado no sentido de que essa faculdade é subsidiária à tarifa, ou seja, só pode ser utilizada quando a receita tarifária não for suficiente para a adequada remuneração do concessionário, o que se opera após 12 (doze) meses de vigência contratual.
 - (D) pode estabelecer previamente o tipo de atividade cuja exploração está autorizada nos locais, desde que, nos termos do que exige a Lei nº 8.987/1995, não configure atividade lucrativa, mas apenas serviços de suporte aos usuários da rodovia.
 - (E) está de acordo com o que autoriza a Lei nº 8.987/1995, podendo as receitas acessórias constituir importante parcela da remuneração do concessionário, que pode, por isso, nos limites do que lhe for autorizado, adquirir áreas, inclusive por desapropriação, porque a finalidade desta fica abrangida pelo empreendimento como um todo.
-
30. Estudos elaborados no âmbito da Secretaria da Saúde demonstraram que um hospital demora cerca de 5 (cinco) anos para ser construído e começar a operar. Isso porque somente após a conclusão das obras de construção a Administração licita a aquisição dos móveis, equipamentos, materiais e insumos para as atividades hospitalares. E, quando da instalação de diversos equipamentos, ainda é necessário fazer adaptações nos locais onde funcionarão. A Administração, no entanto, tem urgência em inaugurar novas unidades, uma vez que a ampliação de leitos nos hospitais em funcionamento não vem mais atendendo o crescimento da demanda na mesma proporção. Apresentou algumas propostas de modelos de contratação à sua assessoria jurídica, tendo-se mostrado viável
- (A) a que veicula a licitação de uma empreitada integral, que abrange não só as obras de construção, mas também todas as demais contratações inerentes ou correlatas ao funcionamento do hospital.
 - (B) o regime diferenciado de contratações, sob a modalidade de empreitada integral, que permite que os diversos objetos necessários à operação do hospital integrem a mesma licitação, divididos em lotes, de modo que possa haver várias contratadas na mesma licitação.
 - (C) a contratação integrada, permitindo inclusão de tecnologia inovadora na construção das salas, fornecimento e instalação do maquinário e sistema de operações dos centros cirúrgicos e unidades de terapia intensiva, permitindo que as unidades hospitalares sejam entregues com aqueles setores prontos para funcionamento.
 - (D) a que propõe a publicação de vários editais de licitação com base na Lei nº 8.666/1993, concomitantes, fracionando e escalonando a contratação e o início dos serviços conforme a necessidade, evitando, assim, qualquer interregno temporal entre as diversas execuções que devem ser feitas.
 - (E) uma concessão administrativa, desde que seja estipulado ao poder concedente o dever de promover aporte para fazer frente ao valor dos investimentos que se façam necessários para as obras de construção.
-
31. Dentre as possíveis relações que se pode estabelecer entre os diversos entes que compõem a Administração pública indireta, é correto concluir:
- (A) As pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração pública indireta podem celebrar contrato administrativo, porque receberam delegação da potestade pública, o que não se aplica às sociedades de economia mista, às quais somente são acessíveis os contratos privados, visto que é ao regime jurídico desta natureza que estão sujeitas.
 - (B) Os contratos firmados por esses entes, para serem predicados como administrativos, devem ter por objeto a prestação de algum serviço público em sentido estrito, com a necessária inclusão de cláusulas exorbitantes, característica que os diferencia dos contratos privados.
 - (C) Todos os entes que integram a Administração pública indireta – autarquia, empresas públicas e fundações – detêm legitimidade para celebrar contratos administrativos, mas somente as pessoas jurídicas de direito privado estão autorizadas a firmar contratos submetidos ao regime jurídico de direito privado.
 - (D) As empresas estatais não podem firmar contratos administrativos que as coloquem, em qualquer hipótese, em situação de controle sobre o contratado, sem, ao menos, prévio exame dos impactos da decisão, tendo em vista que essa preponderância exsurge do *munus público* e não da vontade dos contratantes.
 - (E) As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia prestadoras de serviço público celebram contratos administrativos, instrumentos submetidos ao regime jurídico de direito público e do qual constam cláusulas exorbitantes que se expressam em prerrogativas outorgadas exclusivamente à Administração pública, mas também podem celebrar contratos sujeitos ao regime jurídico de direito privado, quando o objeto da avença estiver disciplinado nessa esfera e não se tratar de exercício das funções típicas executivas.



32. Suponha que a Administração pública municipal precise renovar sua frota de veículos que atende aos secretários e demais autoridades do Executivo. A Administração promoveu a especificação dos itens de segurança e demais acessórios que devem constar dos veículos, guardando pertinência com o entendimento do Tribunal de Contas competente. Essa aquisição
- (A) poderá ser feita com dispensa de licitação, demonstrado que somente um modelo e marca de veículo atenderia a necessidade da Administração.
 - (B) poderá se dar por meio de pregão, uma vez que é possível listar requisitos objetivos, podendo se considerar bens de natureza comum.
 - (C) deverá se dar por meio de concorrência pública, inadmitida outra modalidade em razão do valor envolvido.
 - (D) deverá se dar por meio de inexigibilidade de licitação, caso se comprove que somente um modelo e marca atendem as especificações da municipalidade, ainda que seja importado.
 - (E) poderá se dar por meio de pregão, desde que o valor não ultrapasse o dobro do limite inferior estabelecido pela Lei nº 8.666/1993 para aplicação da modalidade concorrência.
-
33. Imagine que a Administração pública pretenda ampliar uma escola cujo projeto foi há anos aprovado para um terreno menor no perímetro do Município. Para tanto, foi exigido que o projeto fosse aditado para a inclusão de área, para posterior unificação, a fim de que lá seja implantada uma área de preservação ambiental, como medida compensatória, especialmente pelo aumento do tráfego de veículos. A área pertence a um particular.
- Essa área complementar, portanto, deverá ser
- (A) adquirida com dispensa de licitação, ainda que seu proprietário tenha hipotecado o imóvel, visto que há preferência pela aquisição direta, que liberará os ônus e garantias reais incidentes sobre o bem.
 - (B) desapropriada, precedida de declaração de utilidade pública, tendo em vista que a aquisição da área viabilizará a instalação de importante equipamento para a sociedade.
 - (C) requisitada administrativamente, diferindo-se a indenização para o momento da construção da escola, uma vez que o contrato de obras poderá suprir financeiramente a deficiência estrutural do equipamento público.
 - (D) objeto de incidência de limitação administrativa, que se equipara a desapropriação amigável, tendo em vista que aquela modalidade de intervenção é suficiente para garantir a compensação ambiental exigida, sem o correspondente dispêndio de recursos econômico financeiros.
 - (E) tombada, intervenção que prescinde de indenização, porque permite que a propriedade remanesça sendo do particular, a quem incumbirá a preservação da área.
-
34. De acordo com predominante doutrina e com base no que prevê a Constituição Federal, a prática de ato que cause dano ao erário público é relevante para determinar
- (A) a culpa do agente, tendo em vista que implica necessariamente a responsabilidade objetiva do servidor.
 - (B) a imprescritibilidade da ação para seu ressarcimento, diversamente do que ocorre com os demais ilícitos praticados por servidores ou não.
 - (C) o tipo do ato de improbidade praticado, embora não seja necessário demonstrar a ocorrência dos danos, bastando sua alegação e indicação denexo causal.
 - (D) a competência do foro para processamento da ação de improbidade administrativa, que tramita na esfera federal, diante da relevância, diversamente dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração.
 - (E) a concentração de instâncias, tendo em vista que necessariamente haverá processos na esfera civil, administrativa e criminal, em razão da tipificação dessa conduta nas três modalidades de responsabilidade.
-
35. O Conselho Nacional de Justiça já estabeleceu, em entendimento confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, ser vedado, “o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados.” Essa Resolução
- (A) expressa a observância dos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade, de modo que entendimento semelhante pode ser aplicado na esfera do Executivo.
 - (B) expressa poder normativo originário desse órgão de controle interno do Poder Judiciário e observância ao princípio da legalidade, sujeito, em juízo revisional, ao controle externo do Poder Legislativo.
 - (C) foi submetida, como de rigor, ao crivo do Poder Legislativo para referendo, como expressão do princípio da legalidade.
 - (D) tem aplicação estendida ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, em razão do poder normativo originário do Conselho Nacional de Justiça, que atua como órgão de controle dos princípios constitucionais, inclusive do princípio federativo, no âmbito de todas as funções estatais.
 - (E) é aplicável também aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, que, ao lado do Conselho Nacional de Justiça, atua como órgão de controle externo das funções executiva, legislativa e judiciária.



36. Os entes federados relacionam-se entre si de variadas maneiras. É comum a instrumentalização de Protocolos de Intenção, convênios, contratos, convênios de cooperação e de consórcios públicos. A disciplina deste último, por meio da Lei nº 11.107/2005, permitiu avanços nesse modelo de atuação integrada, pois os consórcios públicos
- (A) tal como os convênios de cooperação, têm personalidade jurídica, mas passaram a lhes serem outorgadas competências dos entes federativos, além de serem dotados de poderes mais amplos, como para desapropriação de bens.
 - (B) substituíram os protocolos de intenção e os convênios, na medida em que passaram a ser instrumentos mais dinâmicos e eficazes para a viabilização de repasses de recursos entre os entes federativos, porque não se submetem a prévias dotações orçamentárias ou suplementares, possuindo controle autônomo dos contratos de rateio.
 - (C) são constituídos sob a forma de associação, com personalidade jurídica própria, a qual, portanto, é permitida a delegação de competências dos entes federativos que o compõem, com outorga de poderes para prestação de serviços públicos, inclusive expropriatórios e para cobrança de tarifas, além de celebrar contratos e ser contratado com dispensa de licitação.
 - (D) concentram as atividades de prestação, gestão, fiscalização e regulação de serviços públicos numa só figura jurídica, devidamente autorizado pelos entes consorciados, possibilitando ganho de eficiência e agilidade, porque, especialmente, foi afastado o controle externo de sua atuação, embora remanesça a competência do Judiciário para apreciação de seus atos.
 - (E) substituíram os contratos de gestão firmados com organizações sociais e organizações da sociedades civil de interesse público, porque, assim como essas pessoas jurídicas, possuem natureza jurídica de direito público, não estão sujeitos a lei de licitações e não integram a Administração pública indireta, mas podem receber poderes e competências dos entes federativos.
-
37. A Secretaria de Segurança, assim como todos os órgãos de determinado Estado da Federação, está enfrentando contingenciamento de recursos orçamentários da ordem de 30% (trinta por cento). Foi elaborado, por ordem superior, um plano de redução de despesas para adequação à nova realidade orçamentária, o que levou as autoridades da Pasta a não renovarem ou não celebrarem alguns contratos de manutenção. Um deles era o contrato de manutenção e troca de pneus de viaturas da polícia civil, exigindo que fossem feitas adaptações, consertos e substituições por material de segunda linha nos veículos oficiais. Ocorre que durante uma regular diligência investigatória, uma das viaturas que trafegava em dia chuvoso e, não obstante tentativa do motorista de acionar os freios, colidiu com a traseira do veículo da frente, que por sua vez, colidiu com o da sua frente e assim sucessivamente, num total de cinco veículos particulares danificados. Instaurada regular sindicância, a autoridade entendeu ter havido negligência do motorista da viatura, que estava trafegando com pneus carecas, determinando a instauração de processo administrativo contra o servidor. Os particulares cujos veículos foram danificados
- (A) devem aguardar o término do processo administrativo, tendo em vista que foi apurada culpa do servidor, o que altera o fundamento da ação judicial a ser proposta, na medida em que poderá ser desnecessário demonstrar inclusive o nexo de causalidade, bastando comprovar os prejuízos sofridos.
 - (B) podem acionar o servidor, independentemente do término do processo administrativo, tendo em vista que a responsabilidade objetiva do Estado afasta a necessidade de demonstração de culpa, bastando que se comprove que o motorista tinha ciência do estado dos pneus quando conduzia a viatura, o que lhe imputará prevenção absoluta de culpa.
 - (C) podem ajuizar ação contra o Estado, posto que a tramitação de sindicância ou de processo administrativo contra o servidor não interfere na responsabilização objetiva do Poder Público, que prescinde de culpa pelo acidente, sendo indispensável a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do agente público e os danos efetivamente comprovados.
 - (D) não podem acionar o servidor ou o Estado, tendo em vista que o acidente foi causado pelo mau estado dos pneus da viatura o que se creditava à situação orçamentário-financeira descrita, de modo que não era possível exigir, do Poder Público ou de seus agentes, conduta diversa.
 - (E) devem acionar o Estado e o servidor em litisconsórcio, sob a modalidade de responsabilidade objetiva, tendo em vista que a negligência do servidor estava direta e comprovadamente ligada à redução orçamentário-financeira, o que não afastava, todavia, o dever do motorista redobrar a atenção na condução do veículo, ciente do problema que estava.
-
38. Não se questiona a necessidade de observância do devido processo legal pela Administração pública, assim como já estão constitucionalmente reconhecidos direitos e garantias aos administrados em processos administrativos. Esses direitos e garantias, no mais das vezes traduzidos por princípios que informam a Administração pública, permeiam todas as funções executivas e expressam-se, nos atos administrativos,
- (A) no atributo da finalidade, porque permite aferir a competência para a prática e, com isso, verificar a observância do princípio da legalidade, vedando favorecimentos indevidos, conforme dita o princípio da impessoalidade.
 - (B) no elemento objeto, que é o que se pretende atingir com a edição do ato, imediata e mediamente, propiciando o controle de desvio de poder, em observância ao princípio da moralidade.
 - (C) no elemento sujeito, porque permite aferir a autoridade competente para a prática do ato, e, em observância ao princípio da impessoalidade, não admite convalidação.
 - (D) na motivação, que exige a demonstração dos pressupostos de fato que ensejaram a prática do ato, em observância ao princípio da legalidade, e permite o exercício do direito de defesa pelo administrado.
 - (E) no atributo da imperatividade, que admite a restrição de direitos individuais, para observância do princípio da eficiência, mas exige expressa previsão legal, como dita o princípio da legalidade.



39. Uma determinada associação civil sem fins lucrativos requereu ao Poder Público autorização para a realização de uma manifestação em defesa dos direitos de seus associados. Em razão do tipo de local onde se pretendia realizar a reunião, a autorização governamental deveria se dar por decreto, razão pela qual tramitou processo administrativo com essa finalidade. Os órgãos opinativos manifestaram-se favoravelmente, mas antes da expedição do Decreto, uma moradora dos arredores do local onde se pretendia realizar o evento, ajuizou uma ação para impedir o ato. A liminar não foi concedida inicialmente, tendo sido intimado o Poder Público a se manifestar antes daquela apreciação. Durante essas providências e manifestações, a tramitação do processo administrativo foi concluída, o decreto foi expedido e o evento realizado. Instada a se manifestar, a autora da ação judicial aditou o pedido para requerer a revogação do decreto governamental. O pedido é, no que concerne aos atos e processo administrativo em questão,
- (A) impertinente, tendo em vista que o decreto, que possui natureza jurídica de ato administrativo, exauriu seus efeitos, uma vez que o evento já foi realizado e, como tinha finalidade específica, não poderia se destinar a outras solicitações.
 - (B) inadequado, posto que de nada adianta atacar apenas o ato final do processo administrativo, sem que este tenha sido questionado e anulado, o que redundaria na revogação do decreto como consequência indireta.
 - (C) inócuo, tendo em vista que a associação civil tem direito adquirido, podendo a decisão judicial valer para eventos de outra natureza e sob outra organização, além da discricionariedade de que é dotada a Administração pública, que deve gerir seus bens imóveis sem interferência do Poder Judiciário.
 - (D) pertinente, posto que o Poder Judiciário é órgão de controle externo competente para revogação de atos normativos originários de qualquer hierarquia e origem, mas deve ser rejeitado, porque uma vez realizado o evento, a ação perdeu o objeto.
 - (E) pertinente, tendo em vista que o ato autorizador pode continuar produzindo efeitos, valendo como fundamento para a realização de outros eventos no local, em outras datas, assim como servirá de paradigma para outros pedidos de utilização.
-
40. Nas Parcerias Público-Privadas, o Estado firma com o setor privado contratos de longo prazo, para vultosos investimentos, com repartição de riscos. Sobre esses riscos, é correto afirmar:
- (A) As concessões administrativas implicam, necessariamente, maior risco ao parceiro público, porque não admitem a cobrança de tarifa do usuário direto do serviço, ensejando que o valor da contraprestação ou do aporte sejam superiores aos de uma concessão patrocinada.
 - (B) Os riscos pelo licenciamento ambiental, assim como pelos passivos e superveniências ambientais, devem ser atribuídos ao parceiro público, posto que a este é conferida maior agilidade e facilitação junto aos órgãos oficiais licenciadores, não possuindo custo estimável pelo setor privado.
 - (C) A repartição e atribuição é feita objetivamente em cada contrato, o que permite aferir se a parceria público-privada é realmente vantajosa, possibilitando ao parceiro privado estimar adequadamente o retorno do investimento e a apresentação de uma proposta precisa para julgamento pelo parceiro público, que também poderá avaliar se a prestação indireta do serviço é efetivamente o caminho indicado.
 - (D) A imprecisa alocação dos riscos gera a presunção de que o parceiro-público é sempre o responsável, aplicando-se subsidiariamente a responsabilização objetiva, razão pela qual é imprescindível que os estudos econômicos e avaliação de investimentos seja feita com precisão e técnica.
 - (E) Diante de dúvida acerca da alocação dos riscos, a controvérsia deve ser decidida à luz do princípio da eficiência, sob o ponto de vista do usuário, de modo que o serviço seja prestado da forma mais técnica e adequada possível, diferindo-se o custo econômico do risco para o término do contrato.
-
41. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é garantia daquele que contrata com a Administração pública, ciente de que a ela são atribuídas prerrogativas e poderes exorbitantes, que a autorizam, inclusive, a promover alterações contratuais independentemente de concordância do contratado. Essa equação é bastante estudada nos contratos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/1995, nos quais, dentre as formas usualmente utilizadas para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, inclui-se
- (A) a indenização, que é a mais dispendiosa sob o ponto de vista do poder concedente, porque não pode ser cumulada com outras formas de restabelecimento de reequilíbrio, e somente pode ser efetivada com o pagamento em espécie do montante apurado para o desequilíbrio operado na equação inicial.
 - (B) a prorrogação de prazo, que configura alternativa que não impacta financeiramente o poder concedente, tendo em vista que não implica desembolso em favor da concessionária, diferindo-se o termo final do contrato para que haja lapso temporal suficiente para amortização dos investimentos.
 - (C) o reajuste tarifário, cuja efetivação é feita automaticamente, na periodicidade prevista em contrato, não admitindo acumulação com outras formas de restabelecimento para manutenção da equação inicial de equilíbrio entre as partes.
 - (D) a revisão tarifária, que se assemelha ao reajuste tarifário quanto ao procedimento para sua instituição, razão pela qual somente pode ser cumulada com a indenização.
 - (E) aquisição de bens reversíveis e destinação para as mais variadas atividades da concessionária, antecipando a amortização dos investimentos antes da apuração do desequilíbrio.



42. Dentre as modalidades de licitação disponíveis para o administrador
- (A) a concorrência é obrigatória para os contratos de valores vultosos e também para a alienação de imóveis, não podendo ser utilizada para contratos menores, por oferecer o procedimento mais moroso, embora com a participação do maior número de interessados.
 - (B) a tomada de preços e o convite são modalidades com procedimento simplificado e, portanto, não são aplicáveis ao tipo "técnica e preço", admitindo apenas contratações do tipo "menor preço".
 - (C) o leilão é a modalidade obrigatória para a venda de bens móveis e imóveis, em razão do procedimento mais célere, sob o critério do maior lance, admitida, excepcionalmente, a adoção da concorrência, quando se tratar de bens móveis inservíveis, em que não há risco de perecimento.
 - (D) a concorrência é obrigatória para licitações internacionais, registros de preços e alienação de imóveis, admitindo-se, neste último caso, a utilização do leilão quando, por exemplo, se tratar de bens oriundos de doação em pagamento.
 - (E) o cabimento da tomada de preços é verificado de acordo com o valor da contratação, enquanto que o convite é definido materialmente, conforme o objeto, independentemente do valor do contrato, tal como no concurso.
-
43. Sobre a relação entre a organização administrativa e os poderes atribuídos à Administração pública, é correto afirmar:
- (A) O poder hierárquico projeta seus efeitos interna e externamente, posto que se dirige aos servidores de determinado ente federado e aos demais integrantes das pessoas jurídicas que compõem sua Administração indireta, como decorrência do poder de tutela.
 - (B) O poder disciplinar possui vínculo intrínseco com a Administração direta, mas seus efeitos também se estendem à Administração indireta, para aqueles entes dotados de personalidade jurídica de direito público, tais como autarquias, empresas públicas e fundações.
 - (C) O poder normativo tem iniciativa restrita à Administração direta, porque indelegável, seja no seu espectro originário, seja na sua função regulamentar.
 - (D) Os entes que integram a Administração indireta também podem exercer poder normativo, tendo em vista que a competência privativa atribuída ao Chefe do Executivo pela Constituição Federal é delegável.
 - (E) Os entes que integram a Administração indireta exercem apenas internamente poder hierárquico e disciplinar, razão pela qual não lhes é facultado o exercício do poder de polícia.
-
44. De acordo com o que determina a Lei nº 1.762/1986, no que concerne às formas de provimento de cargos públicos,
- (A) promoção é a única forma de provimento que autoriza a investidura por um funcionário público em outro cargo público de quadro de carreira paradigmática, desde que os requisitos de habilitação sejam semelhantes.
 - (B) readmissão depende de autorização legislativa reconhecendo a necessidade do serviço, bem como que o desligamento do serviço público, à época, não tenha se dado por má conduta do servidor público.
 - (C) reintegração pode se dar por decisão administrativa quando em regular processo administrativo ficar demonstrada que o servidor não praticou a conduta que ensejou sua demissão.
 - (D) reversão é o retorno à atividade do servidor que estava em disponibilidade por qualquer das razões legalmente previstas, devendo voltar a ocupar o cargo anterior ou, na inexistência, outro semelhante, em funções e remuneração.
 - (E) transferência é o ato que investe o servidor em cargo público em outra localidade, sempre a pedido e desde que justificado, uma vez que lhe é assegurada inamovibilidade.
-
45. Durante um processo de tomada de contas especial para controle de um contrato de concessão de serviço público, um dos agentes envolvidos na apuração identificou que a concessionária, a qual estava sendo imputada a prática de fraude à licitação, por suspeita de dolo, à época do certame, mais informações que os demais licitantes, tinha em seu quadro de sócios, como minoritário, mas com poderes de gerência, um funcionário da Administração pública, coincidentemente classificado no órgão responsável pela licitação, no âmbito do poder concedente. Esse servidor, de acordo com a Lei nº 1.762/1986 e com a Lei nº 8.429/1992,
- (A) comete ilícito administrativo pelo simples fato de integrar o quadro societário, com poderes de gerência, da concessionária, podendo, ainda, ter incorrido em ato de improbidade no caso, por exemplo, de ser demonstrado que revelou e utilizou informação confidencial para beneficiar a concessionária, então licitante.
 - (B) comete ilícito administrativo desde que fique comprovado que efetivamente se utilizou ou repassou as informações privilegiadas que detinha para beneficiar a empresa da qual era sócio e que, em razão disso essa se sagrou vencedora, mas sua conduta não tipifica ato de improbidade.
 - (C) não comete ilícito administrativo, visto que comete claro ato de improbidade, mais grave e, portanto, que absorve a irregularidade funcional, cabendo sua responsabilização independentemente de dolo, enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.
 - (D) depende de processo judicial para ser demitido, tendo em vista que a Administração pública deixa de ser órgão disciplinar competente quando se trata de fraude à licitação, inclusive porque há reflexos na esfera criminal, bem como diante de ato de improbidade.
 - (E) comete ilícito civil, que absorve o ilícito administrativo, devendo ressarcir a Administração pública de todos os prejuízos experimentados pela fraude na licitação, sem prejuízo de ser processado por ato de improbidade.



| Direito Penal e Processual Penal | Direito Previdenciário |
|--|--|
| <p>46. A sentença criminal será publicada</p> <p>(A) em mão do escrivão, que lavrará nos autos o respectivo termo, registrando-a em livro especialmente destinado a esse fim.</p> <p>(B) no diário oficial do poder judiciário, após seu registro em livro próprio.</p> <p>(C) no átrio do edifício do poder judiciário e em jornal de circulação local.</p> <p>(D) na presença das partes, registrando-a em livro especialmente destinado a esse fim.</p> <p>(E) em jornal de grande circulação onde não houver diário oficial, na presença do réu preso e do advogado.</p> | <p>51. A Constituição Federal do Brasil estabelece regramento quanto ao custeio ou financiamento da seguridade social. Nesse sentido, é correto afirmar:</p> <p>(A) A contribuição social da empresa incidirá exclusivamente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício.</p> <p>(B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.</p> <p>(C) As contribuições sociais só poderão ser exigidas no exercício financeiro posterior ao que foi publicada a lei que as houver instituído ou majorado.</p> <p>(D) A condição estrutural do mercado de trabalho ou a utilização intensiva de mão de obra não são fatores que podem ocasionar diferenciação de alíquotas ou base de cálculo das contribuições sociais do empregador ou da empresa.</p> <p>(E) Os benefícios da seguridade social não podem ser criados ou majorados sem a correspondente fonte de custeio total, regra essa que não se aplica aos serviços da seguridade social.</p> |
| <p>47. Nos crimes de ação pública, quando a lei o exigir, esta será promovida pelo Ministério Público, mas dependerá de</p> <p>(A) instrução preliminar.</p> <p>(B) representação do Ministro da Justiça, do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p> <p>(C) autorização do Poder Judiciário.</p> <p>(D) recebimento da denúncia pelo Juiz Criminal.</p> <p>(E) requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p> | <p>52. Apolo, professor de escola pública federal, ingressou com pedido de aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e comprovou exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério nos ensinos fundamental e médio. Neste caso, pelo regime próprio constitucional de previdência social, deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:</p> <p>(A) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo, 60 anos de idade.</p> <p>(B) 5 anos de efetivo exercício no serviço público, 60 anos de idade.</p> <p>(C) 15 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos no cargo efetivo, 65 anos de idade.</p> <p>(D) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 65 anos de idade.</p> <p>(E) 5 anos de efetivo exercício no serviço público, 3 anos no cargo efetivo, 55 anos de idade.</p> |
| <p>48. O erro sobre a pessoa contra a qual o crime é praticado</p> <p>(A) não isenta de pena o agente.</p> <p>(B) exclui o dolo.</p> <p>(C) exclui o dolo, mas prevalece a culpa.</p> <p>(D) não isenta de pena o agente, porém deve sempre ser considerado na sentença.</p> <p>(E) é um crime impossível</p> | <p>53. Quanto ao regime próprio da previdência social do servidor público federal, conforme normas constitucionais, é correto afirmar:</p> <p>(A) A aposentadoria por invalidez permanente ocorrerá com pagamento de proventos proporcionais ao tempo de contribuição ainda que decorrente de moléstia profissional.</p> <p>(B) A aposentadoria compulsória ocorrerá aos setenta e cinco anos de idade em qualquer cargo ou função pública e será com percepção de proventos integrais.</p> <p>(C) Os servidores que exerçam atividades de risco estão incluídos na regra que veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria, visto que a norma excepciona apenas os portadores de deficiência.</p> <p>(D) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis previstos na Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do Regime Próprio de Previdência Social.</p> <p>(E) O benefício de pensão por morte será igual a 80% do valor dos proventos do servidor falecido, sem vinculação ao limite máximo estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social.</p> |
| <p>49. O agente público que, possuindo atribuição legal, presta garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, pratica crime denominado</p> <p>(A) prestação de garantia não onerosa.</p> <p>(B) prestação de garantia graciosa.</p> <p>(C) contraprestação em operação de crédito.</p> <p>(D) inscrição de garantia não empenhada em restos a pagar.</p> <p>(E) assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.</p> | |
| <p>50. O perdão judicial tem natureza jurídica de</p> <p>(A) causa de exclusão de culpabilidade.</p> <p>(B) causa extintiva da punibilidade.</p> <p>(C) efeito da sentença penal.</p> <p>(D) desistência voluntária.</p> <p>(E) efeito civil da sentença penal.</p> | |



| | |
|--|--|
| <p>54. Medusa pretende ajuizar ação referente à prestação por acidente de trabalho, prevista no regime geral. Neste caso, o prazo prescricional para ajuizar ação judicial é de</p> <p>(A) dez anos, contados da data do acidente, quando dele resultar incapacidade temporária, verificada em perícia médica a cargo da Previdência Social.</p> <p>(B) cinco anos, contados da data do indeferimento do pedido junto ao órgão previdenciário.</p> <p>(C) cinco anos, contados da data em que for reconhecida pela Previdência Social a incapacidade permanente ou o agravamento das sequelas do acidente.</p> <p>(D) dois anos, contados da data do acidente, seja em caso de incapacidade temporária ou permanente.</p> <p>(E) cinco anos, contados da data do acidente em caso de incapacidade temporária, e dez anos, contados da data do acidente em caso de incapacidade permanente.</p> | <p>58. O prefeito de um Município brasileiro publicou decreto, em 1º de novembro de 2014, aumentando a alíquota do IPTU em um ponto percentual e estabeleceu o início da vigência dessa regra para 1º de dezembro de 2014. Caso o proprietário do imóvel fosse engenheiro ou arquiteto e, concomitantemente, funcionário público daquele Município, o percentual de aumento seria de apenas meio ponto percentual.</p> <p>Com base no que dispõe a Constituição Federal, esse diploma legislativo municipal</p> <p>(A) não ofendeu princípio constitucional algum.</p> <p>(B) ofendeu os princípios da legalidade e da noventena (anterioridade nonagesimal), apenas.</p> <p>(C) ofendeu os princípios da legalidade, da anterioridade, da noventena (anterioridade nonagesimal) e da isonomia.</p> <p>(D) ofendeu os princípios da anterioridade, da noventena (anterioridade nonagesimal) e da isonomia, apenas.</p> <p>(E) ofendeu os princípios da legalidade, da anterioridade e da isonomia, apenas.</p> |
| <p>55. Em relação aos benefícios previstos aos segurados e dependentes no Regime Geral da Previdência Social, conforme legislação aplicável à matéria, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os benefícios do Serviço Social e da reabilitação profissional são devidos apenas aos segurados e não aos seus dependentes.</p> <p>(B) A doença degenerativa e a inerente ao grupo etário estão incluídas no rol das doenças do trabalho para efeitos de equiparação a acidente de trabalho.</p> <p>(C) Os períodos de carência para os benefícios auxílio-reclusão e salário-família são, respectivamente, de dez e doze contribuições mensais.</p> <p>(D) A doença ou lesão de que o segurado já era portador, ao se filiar ao Regime Geral da Previdência Social, jamais lhe conferirão direito à aposentadoria por invalidez.</p> <p>(E) A aposentadoria por idade será devida ao trabalhador rural que, preenchidos os requisitos da comprovação de efetivo exercício de atividade rural e da carência, completar sessenta anos, se homem e cinquenta e cinco anos, se mulher.</p> | <p>59. O Código Tributário Nacional estabelece uma distinção bem clara entre obrigação tributária principal e crédito tributário a ela relacionado. De acordo com esse Código, a obrigação tributária principal se extingue</p> <p>(A) juntamente com o crédito tributário dela decorrente.</p> <p>(B) com a constituição do crédito tributário.</p> <p>(C) com a apresentação de reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário, dentre outras hipóteses.</p> <p>(D) nos casos de inoccorrência do fato gerador.</p> <p>(E) com a conversão da moeda estrangeira em moeda nacional, sempre que o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Tributário e Financeiro</p> <p>56. De acordo com o Código Tributário Nacional, a utilização efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte pela pessoa jurídica de direito público, no âmbito de suas atribuições, é fato gerador de</p> <p>(A) imposto.</p> <p>(B) taxa.</p> <p>(C) contribuição de melhoria.</p> <p>(D) contribuição social.</p> <p>(E) empréstimo compulsório.</p> | <p>60. Ao disciplinar a matéria atinente às Leis, Tratados e Convenções Internacionais e Decretos, no início do seu Livro Segundo, o Código Tributário Nacional estabelece que</p> <p>I. constitui majoração de tributo, a atualização do valor monetário de sua base de cálculo, em índice superior ao índice de inflação oficial.</p> <p>II. somente a lei pode estabelecer as hipóteses de dispensa ou de redução de penalidades.</p> <p>III. cabe à legislação tributária, em relação às taxas, estabelecer a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e da acessória.</p> <p>IV. somente lei complementar pode fixar as alíquotas de impostos.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e IV, apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II, apenas.</p> <p>(E) II, III e IV, apenas.</p> |
| <p>57. De acordo com o Código Tributário Nacional e com a Constituição Federal, o tributo que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município denomina-se</p> <p>(A) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Rural.</p> <p>(B) Contribuição de Melhoria.</p> <p>(C) Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Bens e Direitos.</p> <p>(D) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.</p> <p>(E) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos.</p> | |



61. A Constituição Federal ora estabelece que é vedado às pessoas jurídicas de direito público instituir impostos em determinadas circunstâncias, ora estabelece que um imposto específico não incidirá em determinada circunstância. De acordo com o texto constitucional,
- (A) é vedado aos Municípios instituir o IPTU sobre terrenos de propriedade de empresas públicas estaduais, cuja utilização não esteja vinculada às finalidades essenciais da respectiva empresa.
- (B) não incidirá o ITR sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário, seu cônjuge, seus descendentes ou seus parentes colaterais, até o terceiro grau.
- (C) é vedado aos Estados instituir o ICMS sobre as operações de circulação de suportes materiais que contenham videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais de autores brasileiros.
- (D) é vedado à União instituir qualquer imposto sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (E) é vedado aos Municípios instituir o ISSQN sobre templos de qualquer culto, salvo disposição de lei complementar em contrário.
-
62. Quando Afonso faleceu, seu filho Ricardo tinha 14 anos de idade e, portanto, era civilmente incapaz. Seu filho Carlos, de 25 anos, encontrava-se preso, por tráfico de material entorpecente, motivo pelo qual se encontrava privado do exercício de atividades civis. Maria, sua primogênita, continuava internada por determinação médica, em razão de sérios problemas de alienação mental, razão pela qual encontrava-se privada da administração direta de seus bens e negócios.
- A lei do Estado brasileiro competente para instituir o ITCMD na transmissão *causa mortis* dos bens deixados por falecimento de Afonso elegeu o herdeiro como contribuinte desse imposto.
- Sob a óptica da sujeição passiva obrigacional atinente ao ITCMD, e com base na regra da lei estadual acima mencionada e nas regras do Código Tributário Nacional a respeito da capacidade tributária passiva,
- (A) nenhum dos três filhos herdeiros tem capacidade tributária passiva.
- (B) todos os três filhos herdeiros têm capacidade tributária passiva.
- (C) Ricardo e Carlos têm capacidade tributária passiva, mas Maria não tem.
- (D) Ricardo e Maria têm capacidade tributária passiva, mas Carlos não tem.
- (E) Carlos e Maria têm capacidade tributária passiva, mas Ricardo não tem.
-
63. Orlando adquiriu dois imóveis, ambos com débito de IPTU referentes a vários exercícios. O primeiro deles, uma casa no centro da cidade, foi adquirido diretamente do vendedor, por meio de escritura pública, enquanto que o segundo, um terreno em local afastado do centro da cidade, foi adquirido em hasta pública. Não constaram dos respectivos títulos aquisitivos quaisquer provas de quitação do IPTU até então devido. De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional acerca da responsabilidade dos sucessores, Orlando
- (A) será responsável total e ilimitadamente pelo crédito tributário existente até a data de aquisição da casa.
- (B) será responsável total e ilimitadamente apenas pelo débito de imposto existente até a data de ambas as aquisições.
- (C) será responsável total e ilimitadamente pelo crédito tributário existente até a data de aquisição do terreno.
- (D) não será responsável pelos créditos tributários existentes até a data da aquisição.
- (E) será responsável apenas pelo débito de imposto existente até a data de ambas as aquisições, sendo que, no caso do terreno, essa responsabilidade se limita ao preço de aquisição.
-
64. A atividade orçamentária deve ser desenvolvida com observância de vários princípios, alguns insculpidos na própria Constituição Federal, e outros na legislação infraconstitucional.
- Nesse sentido, o princípio que é mencionado expressamente no texto da Lei Federal nº 4.320/1964 e que visa impedir a coexistência de orçamentos paralelos, que determina que só haja uma peça orçamentária, materializada em um único documento, por meio do qual se apresente uma visão de conjunto das receitas e das despesas de cada um dos entes federados (União, Estados e Municípios) é denominado princípio
- (A) do caixa único.
- (B) da legalidade.
- (C) da unidade.
- (D) da completude orçamentária.
- (E) do orçamento bruto.
-
65. A *Dívida Ativa Tributária* é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, ... e *Dívida Ativa não Tributária* são os demais créditos da Fazenda Pública (Lei Federal nº 4.320/1964). No exercício de 2014, o Estado do Amazonas inscreveu, em dívida ativa estadual, valores devidos por Carlos e originários de: (I) débitos de IPVA, não pagos por ele, (II) multas por infração à legislação do IPVA aplicadas a Carlos, e (III) multas de trânsito aplicadas a Carlos, por infração ao Código de Trânsito Brasileiro. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, esses valores são classificados, respectivamente, como dívidas ativas
- (A) tributárias, não tributárias e não tributárias.
- (B) não tributárias, não tributárias e não tributárias.
- (C) tributárias, tributárias e tributárias.
- (D) não tributárias, tributárias e não tributárias.
- (E) tributárias, tributárias e não tributárias.



| | |
|--|---|
| <p>66. A Lei Federal nº 4.320 foi promulgada em 1964, vários anos antes, portanto, da promulgação do Código Tributário Nacional. Por sua vez, o <i>ato de lançamento</i> definido na referida Lei é essencialmente diferente, tanto em forma, como em substância, do <i>procedimento de lançamento</i> definido no CTN.</p> <p>Sob a óptica do Direito Financeiro, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 4.320/1964, o <i>lançamento da receita</i> é</p> <p>(A) ato da repartição competente e tem por finalidade, verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.</p> <p>(B) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito, e verificar a pessoa que é dele devedora.</p> <p>(C) ato do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas desse crédito e inscrever o débito desse devedor.</p> <p>(D) procedimento da repartição competente e tem por finalidade, apenas, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.</p> <p>(E) procedimento do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito e inscrever o débito desse devedor.</p> | <p>68. A Constituição Federal estabelece, no <i>caput</i> do seu artigo 100, que os <i>pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos.</i></p> <p>De acordo com a Constituição Federal, no momento da expedição desses precatórios, deles deverão ser abatidos, a título de compensação, determinados valores de que a Fazenda Pública devedora é titular em relação à pessoa beneficiária do precatório. Esse abatimento</p> <p>(A) se efetivará nos termos e limites da regulamentação que deve ser baixada especificamente para esse fim.</p> <p>(B) só poderá ser feito com débitos líquidos e certos, constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.</p> <p>(C) só poderá ser feito com débitos líquidos e certos, já inscritos em dívida ativa.</p> <p>(D) não poderá ser feito com parcelas vincendas de parcelamento.</p> <p>(E) poderá ser feito mesmo se o valor a ser compensado estiver sendo objeto de contestação administrativa.</p> |
| <p>67. De acordo com a disciplina constitucional acerca da ordem econômica e financeira,</p> <p>I. a lei não poderá restringir o livre exercício de qualquer atividade econômica, prevendo a exigência de autorização de órgãos públicos para o exercício de algumas atividades.</p> <p>II. as jazidas constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra e assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados dessa lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.</p> <p>III. essa ordem econômica é fundada, como regra, na valorização do trabalho humano, na exploração direta de atividade econômica pelo Estado e na livre iniciativa.</p> <p>IV. a lei disciplinará os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros, com base no interesse nacional.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV, apenas.</p> <p>(D) II e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p> | <p>69. A Lei Federal nº 4.320/1964 tem um de seus capítulos destinados a disciplinar exclusivamente a DESPESA. De acordo com as normas desse capítulo,</p> <p>(A) o empenho da despesa pertencente a uma mesma rubrica só poderá exceder o limite dos créditos concedidos, por dois exercícios consecutivos, ou por três intercalados, em um intervalo de cinco anos.</p> <p>(B) salvo disposição expressa de ato normativo emanado do Poder Executivo, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.</p> <p>(C) em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.</p> <p>(D) é vedada a realização do empenho da despesa, cujo montante não se possa determinar.</p> <p>(E) o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após a realização do empenho e antes de sua regular liquidação.</p> <p>70. A ordem econômica nacional tem por meta <i>assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social</i>, observados princípios expressamente enumerados no texto constitucional, dentre os quais se arrolam</p> <p>(A) redução das desigualdades regionais; defesa do consumidor de mercadorias e serviços de origem nacional, assim definidos em lei complementar; e soberania nacional e de organizações internacionais regionais, especialmente do Mercosul.</p> <p>(B) livre concorrência entre empresas nacionais, assim definidas nos termos de lei complementar; tratamento favorecido para as empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País; e propriedade privada.</p> <p>(C) propriedade estatal dos meios de produção; defesa do consumidor de mercadorias e serviços de origem nacional, assim definidos em lei complementar; e defesa do meio ambiente.</p> <p>(D) busca do pleno emprego; redução das desigualdades sociais; e livre concorrência entre empresas nacionais, assim definidas nos termos de lei complementar.</p> <p>(E) função social da propriedade; busca do pleno emprego; e defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.</p> |

**Contabilidade e Orçamento Públicos**

71. O departamento de contabilidade da Companhia Estadual de Habitação Popular do Norte, por deficiência no controle das Contas a Receber, não efetuou o registro contábil do recebimento de duas duplicatas no exercício correspondente. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o controle interno sob o enfoque contábil tem, entre outras, a finalidade de
- I. salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
 - II. dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
 - III. auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
 - IV. contribuir para aumentar a arrecadação das receitas públicas e assegurar sua aplicação sob os aspectos da legalidade e legitimidade pelos órgãos e entidades da administração pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e IV.
-
72. A prefeitura do Município de Ladeira Alta do Norte, no mês de julho de 2015, assinou um contrato com a empreiteira de serviços Vai-Vai Obras de Engenharia Ltda., objetivando a construção de duas escolas públicas, no valor de R\$ 2.500.000,00. A empresa contratada depositou na conta bancária da prefeitura o valor de R\$ 125.000,00 como garantia contratual. Na contabilidade da prefeitura, o depósito efetuado pela empresa contratada é considerado como
- (A) dispêndio extraorçamentário e diminui o passivo circulante.
 - (B) ingresso extraorçamentário e não altera o Patrimônio Líquido.
 - (C) receita imobiliária e altera o Patrimônio Líquido.
 - (D) receita de capital e não altera o Patrimônio Líquido.
 - (E) ingresso orçamentário e aumenta o passivo circulante.
-
73. O orçamento para o exercício de 2015 de determinado Estado da federação foi aprovado com um acréscimo de 10% nas receitas tributárias, em relação ao orçamento de 2014. No âmbito dos Estados, classificam-se como receitas correntes tributárias, entre outras, os valores arrecadados referentes a
- (A) Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - (B) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - (C) contribuições de intervenção no domínio econômico.
 - (D) dívida ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
 - (E) contribuição de iluminação pública.
-
74. O Governo do Estado, no mês de julho de 2015, repassou ao Município de Floresta Negra, o valor de R\$ 250.000,00, destinados à aquisição de computadores para as escolas públicas municipais. Sob o aspecto orçamentário, o valor recebido pelo Município será contabilizado como
- (A) receita de transferência intraorçamentária.
 - (B) despesa de capital – investimento.
 - (C) receita de transferência de capital.
 - (D) ativo não circulante.
 - (E) ativo imobilizado.



Atenção: Para responder às questões de números 75 a 77, considere as seguintes informações (Valores em reais):

A lei orçamentária de determinado Estado da região Norte, para o exercício de 2014, estimou receitas e fixou despesas, nos seguintes valores:

| Receitas Previstas | | Despesas Fixadas | |
|---------------------------|------------|-------------------------|------------|
| Correntes | 300.000,00 | Correntes | 270.000,00 |
| Capital | 230.000,00 | Capital | 260.000,00 |

Durante o exercício de 2014, o Estado realizou as seguintes transações referentes a:

| | |
|---|------------|
| – Empenho de despesas com serviços de manutenção das rodovias estaduais | 50.000,00 |
| – Recebimento de ICMS | 210.000,00 |
| – Empenho de Despesas com a Construção de Viadutos | 147.000,00 |
| – Recebimento da Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE..... | 75.000,00 |
| – Empenho da Despesa com Folha de Pagamento..... | 115.000,00 |
| – Recebimento de Aluguéis de Imóveis de Propriedade do Estado..... | 27.000,00 |
| – Empenho de Despesas com Serviços de Manutenção de Bens Imóveis | 35.000,00 |
| – Recebimento de Empréstimos por Antecipação da Receita Orçamentária..... | 10.000,00 |
| – Recebimento de Empréstimos Obtidos de Longo Prazo..... | 95.000,00 |
| – Empenho de Despesas com Aquisição de Veículos Novos | 108.000,00 |
| – Uso de Material de Consumo..... | 20.000,00 |
| – Recebimento de Imóvel doado por entidade de direito privado | 145.000,00 |
| – Empenho de Despesas com Água, Luz e Telefone | 20.000,00 |
| – Depreciação de Bens móveis..... | 40.000,00 |
| – Recebimento de Rendimentos de Aplicações Financeiras | 18.000,00 |
| – Empenho de Despesas com Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos | 20.000,00 |
| – Recebimento de Multas de Juros de Mora..... | 15.000,00 |
| – Recebimento pela Alienação de Bens Imóveis | 175.000,00 |

75. O Balanço Orçamentário, levantado em 31.12.2014, apresentou um superávit de, em reais,

- (A) 100.000,00
- (B) 245.000,00
- (C) 130.000,00
- (D) 60.000,00
- (E) 120.000,00

76. De acordo com Demonstrativo das Variações Patrimoniais, o resultado patrimonial apurado no exercício de 2014 foi de, em reais,

- (A) 190.000,00
- (B) 120.000,00
- (C) 210.000,00
- (D) 225.000,00
- (E) 240.000,00

77. O total das receitas correntes arrecadadas durante o exercício de 2014 foi de, em reais,

- (A) 355.000,00
- (B) 318.000,00
- (C) 330.000,00
- (D) 300.000,00
- (E) 345.000,00



78. Para o exercício de 2015, o Tribunal de Contas do Estado planejou a realização de auditorias governamentais na Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro, ao efetuar as suas auditorias governamentais, o Tribunal de Contas tem, entre outros objetivos específicos:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual e dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.
- II. Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.
- III. Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.
- IV. Verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e II.

79. O Estado de Eldorado do Norte não encaminhou no prazo legal suas contas relativas ao exercício de 2014 ao Poder Executivo da União, para consolidação nacional. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, os Estados deverão encaminhar suas contas até o dia

- (A) trinta de junho. O cumprimento do prazo é uma das exigências para que o Estado receba transferências voluntárias e legais.
- (B) trinta e um de maio. O descumprimento do prazo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Estado receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- (C) trinta de abril. O descumprimento do prazo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Estado realize operações de crédito e alienação de bens imóveis.
- (D) trinta de junho. O não encaminhamento das contas no prazo impedirá que o Estado receba transferências voluntárias e legais, exceto as destinadas a atender despesas com calamidade pública.
- (E) trinta e um de maio. O cumprimento do prazo é uma das exigências para que o Estado possa renegociar suas dívidas, consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

80. O Tribunal de Contas, no mês de junho de 2015, realizou auditoria na Secretaria Estadual da Saúde, objetivando examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão do responsável pela secretaria, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. Segundo as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, quanto à natureza, esta auditoria é classificada de auditoria

- (A) de acompanhamento de gestão.
- (B) integral.
- (C) operacional.
- (D) de regularidade.
- (E) de avaliação de gestão.

Controle Externo da Administração Pública

81. Nos trabalhos da equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM foram apontadas algumas falhas que o Conselheiro Relator acolheu e as consignou em seu voto. A matéria proporcionou discussão e o relator foi vencido, não tendo sido possível determinar o formador majoritário do resultado. Nesse caso,

- (A) o Relator deve redigir o parecer nos termos discutidos na sessão.
- (B) será marcada nova data para a apreciação da matéria.
- (C) será sorteado novo Relator.
- (D) a matéria será relatada pelo Conselheiro mais antigo.
- (E) o Presidente do Tribunal designará um Relator.

82. Nos termos previstos no Regimento Interno do TCE/AM, sobre o incidente de inconstitucionalidade tem-se que

- (A) será decidido na sessão em que for arguido, podendo ser no Tribunal Pleno ou em uma das Câmaras.
- (B) a arguição deverá ser por escrito, sendo vedada a forma oral.
- (C) o quórum para decisão é maioria simples.
- (D) da decisão somente cabem embargos de declaração.
- (E) a decisão atinge tanto os casos pendentes como os julgados.

83. Considere os seguintes objetos de controle pelo TCE/AM:

- I. editais de licitação e das dispensas e inexigibilidades.
- II. contas de adiantamentos.
- III. contas da Administração Indireta dos municípios com 50 mil ou mais habitantes.
- IV. contas da Administração Indireta dos municípios com menos de 50 mil habitantes.
- V. contas setoriais do Município de Manaus e de sua administração indireta.

A atuação do Tribunal se dá de forma prévia à despesa e concomitante ao ato administrativo APENAS no caso

- (A) do item I.
- (B) dos itens I e II.
- (C) dos itens III e IV.
- (D) do item IV.
- (E) dos itens I, IV e V.



| | |
|---|--|
| <p>84. Considere as seguintes hipóteses:</p> <p>I. Um dirigente de entidade da Administração indireta do Estado do Amazonas formulou consulta ao TCE/AM, que foi inadmitida por despacho.</p> <p>II. Um cidadão fez denúncia ao TCE/AM sobre irregularidades praticadas em um município do Amazonas, que foi inadmitida por despacho.</p> <p>III. Durante o estágio probatório de um Auditor do TCM/AM, a Comissão Especial identificou irregularidades, que constou do relatório conclusivo e fundamentou a decisão do Procurador-Geral.</p> <p>Cabe recurso inominado no caso constante</p> <p>(A) do item I, apenas. (B) dos itens I e II, apenas. (C) dos itens I, II e III. (D) do item III, apenas. (E) do item II, apenas.</p> | <p>87. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Amazonas, acerca do Auditor tem-se que:</p> <p>(A) não são a ele distribuídos processos quando em substituição de Conselheiro para a finalidade de completar <i>quorum</i>.</p> <p>(B) exerce a jurisdição plena quando substitui o Conselheiro por tempo indeterminado e restrita quando o substitui em caráter interino.</p> <p>(C) a vinculação aos processos a ele distribuídos durante a substituição de jurisdição plena ocorre até o cessamento da convocação.</p> <p>(D) quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos de Juiz da Capital.</p> <p>(E) são em número de três, funcionando todos exclusivamente perante o Tribunal Pleno.</p> |
| <p>85. A Constituição do Estado do Amazonas estabelece que compete ao TCE/AM julgar as contas dos administradores da Administração direta e indireta. Nesse contexto, considere os seguintes órgãos:</p> <p>I. Sociedade de Economia Mista do Estado do Amazonas, revestida da forma de Sociedade Anônima.</p> <p>II. Empresa Pública do Estado do Amazonas, não revestida da forma de Sociedade Anônima.</p> <p>III. Fundação instituída e mantida pelo Poder Público de um município do Estado do Amazonas.</p> <p>A prestação de contas ao TCE/AM deve ocorrer até</p> <p>(A) 30 dias após o encerramento do exercício financeiro, em todos os casos. (B) 30 dias após a realização da Assembleia Geral em que devam ser apreciadas, no caso do item I. (C) 90 dias após o encerramento do exercício financeiro, em todos os casos. (D) 30 dias após a realização da Assembleia Geral em que devam ser apreciadas, no caso do item II. (E) 90 dias após a realização da Assembleia Geral em que devam ser apreciadas, no caso do item III.</p> | <p>88. Num processo que julgou as contas do administrador de uma fundação instituída e mantida pelo Governo do Estado do Amazonas, o TCE/AM proferiu decisão com a aplicação de multa pela ocorrência de irregularidades. Nos termos da Constituição Federal, essa decisão tem eficácia de</p> <p>(A) coisa julgada judicial. (B) dívida mobiliária. (C) título executivo. (D) sanção paraestatal. (E) precatório.</p> |
| <p>86. A Lei de Responsabilidade Fiscal definiu o conteúdo mínimo de dois importantes instrumentos de transparência da Administração pública: o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nos termos dessa lei, os demonstrativos relativos à apuração da receita corrente líquida, aos resultados nominal e primário e ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro devem constar, respectivamente, de:</p> <p>(A) RREO, RREO e RREO. (B) RREO, RGF e RGF. (C) RGF, RGF e RGF. (D) RREO, RREO e RGF. (E) RGF, RREO e RGF.</p> | <p>89. A transcrição de ato no TCE/AM, que reconheça a legalidade da admissão de pessoal, a qualquer título, da concessão da aposentadoria, pensão, reforma, da fixação das respectivas remunerações, bem como da transformação da aposentadoria por invalidez em seguro-reabilitação, no sistema adotado pelo Tribunal, é conceituada como</p> <p>(A) parecer. (B) homologação. (C) ato jurídico análogo. (D) termo de análise. (E) registro.</p> |
| | <p>90. Os julgados do TCE/AM que se referirem a consultas da Administração terão a forma de</p> <p>(A) acórdão. (B) sentença. (C) resolução. (D) parecer. (E) decisão.</p> |



Economia e Administração Pública

Instruções: Para responder às questões de números 91 e 92, considere a tabela, a seguir, que apresenta o custo total e a receita total de uma firma competitiva:

| Quantidade (em unidades) | Receita Total | Custo Total |
|--------------------------|---------------|-------------|
| 1 | R\$ 90,00 | R\$ 10,00 |
| 2 | R\$ 170,00 | R\$ 30,00 |
| 3 | R\$ 240,00 | R\$ 60,00 |
| 4 | R\$ 300,00 | R\$ 100,00 |
| 5 | R\$ 350,00 | R\$ 150,00 |
| 6 | R\$ 390,00 | R\$ 210,00 |
| 7 | R\$ 420,00 | R\$ 280,00 |

91. O custo marginal de produzir a sexta unidade será de

- (A) R\$ 80,00.
- (B) R\$ 10,00.
- (C) R\$ 210,00.
- (D) R\$ 60,00.
- (E) R\$ 70,00.

92. Supondo uma firma em monopólio, a quantidade equivalente ao ponto de maximização de lucros é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

93. Em macroeconomia, sabendo que: Y é o Produto Interno Bruto (PIB), C é o consumo das famílias, I é investimento privado, G são os gastos do governo, X são as exportações e M são as importações, a identidade macroeconômica básica, também conhecida como equação do PIB pelo lado da demanda, é dada por:

- (A) $Y=C+G+I$
- (B) $Y=C+G+I-(X-M)$
- (C) $Y=C+G+I+(X-M)$
- (D) $Y=C+G+I+(M-X)$
- (E) $Y=C+X+I-(G-M)$

94. Define-se a política fiscal de um certo país como a administração exclusivamente

- (A) dos impostos dos governos federais, estaduais e municipais.
- (B) de gastos dos governos federais, estaduais e municipais.
- (C) de impostos, gastos e transferências dos governos federais, estaduais e municipais.
- (D) do orçamento federal.
- (E) dos impostos e gastos dos municípios.

95. Em uma economia aberta com taxas de câmbio flutuantes há uma massiva entrada de capitais. Nesse caso, a taxa de juros que é fixada pelo Banco Central

- (A) permanece inalterada.
- (B) desce.
- (C) sobe.
- (D) depende da instância da política fiscal.
- (E) independe da decisão do Banco Central.

96. São funções da moeda:

- (A) meio de pagamento e reservas internacionais.
- (B) meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor.
- (C) reserva de valor e seguro contra a inflação.
- (D) meio de pagamento e preço da moeda estrangeira.
- (E) meio de pagamento e custo do dinheiro.

97. Ao longo da trajetória da Administração pública os conceitos da mensuração de desempenho variaram de acordo com diferentes perspectivas e abordagens, englobando:

- (A) a responsabilidade fiscal no nível organizacional do departamento e a análise de conformidade dos procedimentos com padrões previamente estabelecidos, enfatizadas pela "avaliação baseada em resultados".
- (B) a auditoria dos insumos e dos produtos e centralização hierárquica e unilateral na definição e supervisão sistemática de tarefas e dados, enfatizadas pela metodologia de "gerenciamento por objetivos".
- (C) medidas de desempenho individuais, associando a avaliação dos resultados às metas estratégicas, enfatizadas pelo movimento do "gerenciamento científico".
- (D) a orientação dos funcionários para a contínua avaliação e revisão do planejamento, bem como, para o cliente, enfatizada pelos estudiosos da "teoria da administração".
- (E) o gerenciamento dos processos organizacionais, compartilhando entre os colaboradores, desde os níveis inferiores, responsabilidade pelo alcance dos objetivos da organização, enfatizadas pela "gestão da qualidade total".



98. O modelo de Administração pública implementado por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, com o intuito de modernizar a gestão pública conforme os princípios burocráticos weberianos, foi a primeira reforma administrativa institucionalizada da história brasileira e caracterizou-se pela
- (A) criação de unidades administrativas descentralizadas da burocracia federal.
 - (B) criação das primeiras organizações dotadas de burocracias profissionais baseadas na meritocracia, quais sejam, o Itamaraty e as Forças Armadas.
 - (C) promoção do insulamento burocrático, que estendeu à toda máquina pública federal o princípio universalista do mérito.
 - (D) criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, concebido como uma organização técnica, que não exerceu função de controle político.
 - (E) descentralização do processo de aquisição de compras governamentais, condicionada ao controle e a padronização dos procedimentos.
99. A partir da metade da década de 1980, a reforma gerencial do setor público, sem abandonar o conceitual empresarial vinculado à eficiência – característico do *gerencialismo puro*, ganhou novos rumos em direção ao *consumerism*, incorporando inovações destinadas a atender aos anseios dos clientes/consumidores, dentre as quais destaca-se a implementação da
- (A) racionalização orçamentária.
 - (B) gestão da qualidade total.
 - (C) definição das responsabilidades das agências governamentais.
 - (D) privatização.
 - (E) avaliação do desempenho organizacional.
100. A contratualização de resultados, uma das estratégias da Reforma Gerencial implementada no Brasil a partir de 1995,
- (A) tem por objetivos promover, via controle hierárquico e de processos, transparência de custos, melhor desempenho e aumento da eficiência e efetividade na prestação de serviços públicos.
 - (B) foi implementada por meio de contratos de gestão firmados entre ministérios e entidades prestadoras de serviços públicos, visando a assegurar autonomia de gestão em troca de compromisso prévio com resultados.
 - (C) foi implementada por meio da criação das entidades públicas estatais denominadas Organizações Sociais, às quais foi repassada a provisão dos serviços públicos não exclusivos.
 - (D) baseia-se na contratualização de metas e indicadores de qualidade e produtividade que subsidiam a fiscalização e o controle dos gestores, sem prever mecanismos de controle social.
 - (E) tem como marco legal a Lei nº 9.637/1998, também conhecida como Lei das Organizações Sociais, que foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade por exigir licitação e contratação via concurso público, ferindo a flexibilidade almejada pela reforma.